ESTADO DE SÃO PAULO

Cardoso busca saída para verbas da Saúde

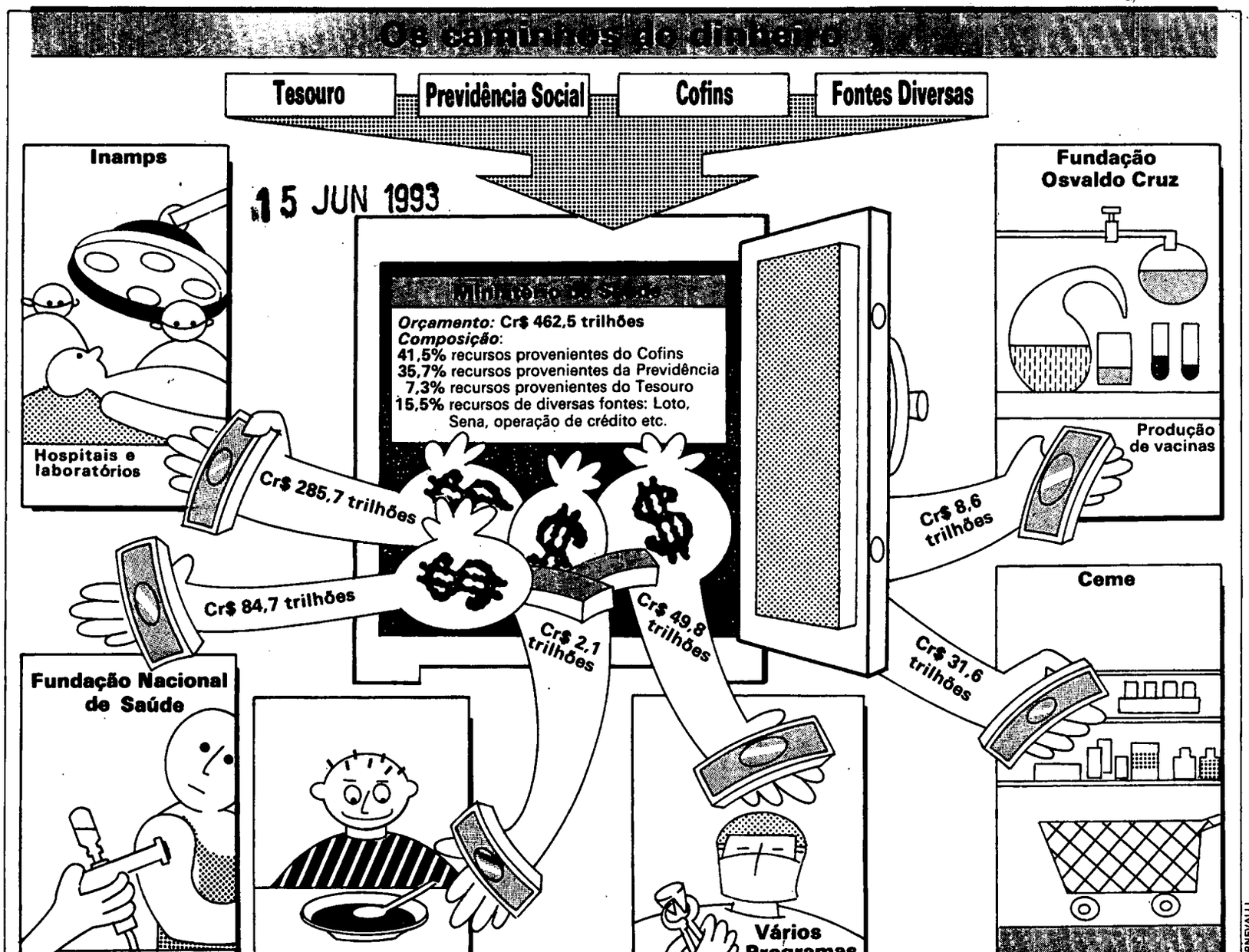
HELENA DALTRO

BRASÍLIA — A disputa entre os ministérios da Saúde e da Previdência sobre o repasse de verbas foi abordada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante a reunião ministerial ontem no Palácio do Planalto. Segundo relato feito pelo ministro da Previdência, Antônio Britto, Cardoso disse que a situação é grave e que não dá para escolher se a prioridade é Saúde ou Previdência Social, que deixou de repassar 14,7% de sua arrecadação bruta para o Inamps, alegando aumento de suas despesas com pagamento de benefícios. Trocar uma pela outra, segundo o Cardoso, seria o mesmo que escolher entre aposentados e doentes, relatou Britto.

O ministro da Fazenda reúne-se amanhã com os ministros da Previdência e da Saúde, líderes do governo, representantes da Comissão de Seguridade da Câmara e dirigentes das Santas Casas de Misericórdia para encontrar uma solução para o financiamento da Saúde.

O repasse da Previdência — que deixou de ser feito — representa 35% do orçamento global do Ministério da Saúde. A arrecadação com a outra fonte principal de recursos, o Cofins (que substituiu o Finsocial), está bloqueada na Justiça. Cerca de US$ 7 bilhões arrecadados com a cobrança de 2% sobre o faturamento das empresas (Cofins), destinados ao Ministério da Saúde, estão retidos pela Justiça, depositados em juízo devido ao questionamento sobre a constitucionalidade da contribuição, disse o ministro da Previdência, Antônio Britto.

O presidente Itamar Franco está preocupado com o problema, disse Antônio Britto. "Há um fracasso total da fonte de financiamento para a Saúde, que é o Cofins, o que provocou uma série de crises no setor durante os últimos quatro anos", disse. Em 1990, as empresas começaram a questionar o pagamento do então Finsocial, atualmente transformado em Cofins, e o Tesouro socorreu a Saúde com recursos do orçamento fiscal. As empresas se recusam a pagar o Cofins porque já pagam 0,6% sobre o faturamento para a arrecadação do PIS-Pasep, e acusam o governo de praticar a bitributação.



Propostas — Na reunião de amanhã, Britto apresentará duas propostas. A primeira é a de o governo tentar antecipar a revisão constitucional e sugerir ao Congresso a extinção do Cofins e sua substituição pela Contribuição sobre o Valor Adicionado (CVA), cuja alíquota incidiria apenas sobre a parte dos ganhos que a empresa tenha com a venda ou incremento de determinado produto. A CVA, segundo Antônio Britto, não incidiria, portanto, sobre o valor total do faturamento, não sendo aplicada em cascata como é o Cofins.

A outra proposta, mais imediata, é exigir que a Justiça desbloqueie os recursos retidos em juízo para cobrir os gastos da Saúde.